

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIO CÉSAR LEIVA

**QUESTAO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: DESIGUALDADES SOCIAIS,
POBREZA E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL.**

MATINHOS
2012

JULIO CÉSAR LEIVA

**QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: DESIGUALDADES SOCIAIS,
POBREZA E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Especialização em Questão
Social na Perspectiva Interdisciplinar, Setor
Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a MSc. Elsi do Rocio
Cardoso Alano

MATINHOS
2012



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar



PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Mestre **ELSI DO ROCIO CARDOSO ALANO**, realizaram em 24/11/2012 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do estudante **JULIO CESAR LEIVA**, sob o título "*Questão Social na Contemporaneidade: Desigualdades sociais, pobreza e o estado do Bem-estar social.*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 24 de novembro de 2012.

Prof. MSc. Elsi do Rocio Cardoso Alano

Prof.ª. Dra. Jussara Rezende Araújo

Izabel Cristina Cunha

JULIO CESAR LEIVA
Estudante

Conceitos:

APL = Aprendizagem Plena

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente

QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: DESIGUALDADES SOCIAIS, POBREZA E O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Julio César Leiva¹

RESUMO

Este artigo é fruto de um processo. Trata-se uma de reflexão e postura crítica e, ao mesmo tempo, limitada, mas, capaz de oferecer uma síntese pelas lentes da minha visão, das teorias que conhecemos no percurso de nossa formação, e, que abra horizontes para repensar a “questão social”. Apresentamos a narrativa do nosso sujeito de estudos, à pobreza, e suas implicações.

Espera-se que o debate contínuo, junto com a análise das áreas as quais os gastos públicos se destinam, melhore a gestão dos recursos públicos, permitindo correta utilização dos instrumentos que o governo possui, assim como a maior transparência com relação às decisões de políticas públicas.

Palavras-chave: Questão Social – Desigualdades Sociais – Pobreza

RESUMEN

Este artículo es fruto de un proceso. Se trata de una reflexión y postura crítica y, al mismo tiempo, limitada pero, suficiente en ofrecer una síntesis por las lentes de mi visión, de las teorías que conocimos en el trayecto de nuestra formación, y que establece horizontes para repensar la “cuestión social”. Presentamos, la narrativa de nuestro sujeto de estudios, la pobreza y sus implicaciones.

Se espera, el incesante debate, incluyendo las análisis de todo los setores en las cuales los gastos públicos se destinan, mejore la gestión de los recursos públicos, permitiendo la correcta utilización de los instrumentos que el gobierno posee, así como la mayor transparencia en relación a las decisiones de políticas públicas.

Palabras-clave: Cuestión Social – Desigualdad sociales – Pobreza

¹ Pós-graduando em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar - UFPR. Bacharel em Gestão e Empreendedorismo – UFPR. jcl@ufpr.br.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a independência e o Império mantiveram o país como polo mercantil essencialmente agrícola, tanto pelo mercado para o café como pelas condições naturais de seu plantio. Mas, também pela possibilidade de manter uma nação independente à base de trabalho escravo, e da manutenção de uma política econômica favorável à elite de grandes plantadores brasileiros, apesar da oposição inglesa. Isso foi possível devido a grande restrição às liberdades democráticas e ao executivo forte com faculdades políticas amplas.

Assim como o estabelecimento entre as elites regionais que se conciliaram para manter seus descendentes ocupando cargos em postos-chaves dos setores do governo e das forças armadas, assegurando sua estabilidade nas instituições básicas brasileiras.

Usando do paternalismo na estrutura da sociedade, as elites, realizaram as mudanças sociopolíticas no século XIX e mantiveram a trava mestra da violência na sociedade colonial e no Brasil independente, imperial ou republicano. Até pelo menos 1930 a rigidez social e o exclusivismo da elite estabeleceram redes patriarcais de riqueza, educação, poder e prestígio, apesar de movimentos sociais, artísticos e da nascente classe operária atuar em sentido contrário.

O presente artigo resulta da compilação de leituras sistematizadas e das associações entre conjecturas e considerações. A questão central são os lineamentos sobre a pobreza, desigualdade social, políticas públicas e o estado de bem-estar social.

O ENFOQUE SOBRE POBREZA

A noção de pobreza goza na atualidade de uma ampla popularidade entre analistas sociais em todo o planeta. A amplitude, aprofundamento e persistência da pobreza a nível mundial têm chamado à atenção dos organismos multilaterais, as

agências de desenvolvimento e os próprios Estados. No tema têm convergido acadêmicos, pesquisadores independentes, Estados e organismos multilaterais.

Na década de 1990, a pobreza reapareceu como uma problemática internacional de primeira ordem. No informe anual sobre Desenvolvimento no Mundo do Banco Mundial, constituiu o tema central. Posteriormente, na Cúpula sobre Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague em 1995, o tema cativou a atenção de especialistas e dos governantes passando a formar parte da agenda de cooperação internacional. E nesse encontro, a redução da pobreza foi identificada, como um dos “Objetivos do Milênio”.

Apesar dos esforços de diferentes autores como, *Sen* (1983) e no caso latino-americano, *Boltvinik* (1999), que concretizaram os estudos por definir um enfoque conceitual para teorizar sobre o tema da pobreza, o estatuto epistemológico e os alcances conceituais desta noção continua sem ser definidos de forma precisa.

Mais além do reconhecimento da multidimensionalidade do fenômeno e a necessidade de superar os enfoques reducionistas, persistem as discrepâncias sobre a natureza do conceito (absoluta ou relativa); o campo epistemológico em que se situa (estudos sobre o bem estar x enfoque de potencialidades); seu conteúdo particular (desenvolvimento humano x necessidades básicas); e o objeto mesmo de análise (enfoques centrados na privação x enfoques centrados no desenvolvimento).

Conforme nosso entendimento a partir dos inúmeros estudos realizados, constatamos que, as mais notórias e básicas, são as diferenças no terreno metodológico que as difere. Não existem acordos mínimos entre os analistas, sobre temas tão elementares como os seguintes: a medição com base no ingresso ou no consumo; a construção dos padrões de referência para fixar os limites da pobreza; o privilegio de métodos centrados na medição direta de carências ou métodos indiretos; a pertinência de usar métodos combinados e os procedimentos metodológicos em que deve sustentar-se a integração; a construção de normas de bem-estar compreensivas (orçamentos familiares, cesta básicas normativas amplas) contraponto com aproximações indiretas baseadas na observação do padrão de consumo alimentar, etc.

Mas, não somente as discrepâncias metodológicas constituem um terreno fértil para o desenvolvimento da controvérsia no campo dos estudos de pobreza, também é amplamente conhecida a ausência de correlação, nos estudos empíricos,

entre o uso de definições conceitualmente elaboradas e o uso de metodologias sustentadas em princípios de redução do problema. Fatos que avocam à atenção sobre a desconexão entre enfoques conceituais muito desenvolvidos e estratégias metodológicas baseadas em modelos que simplificam a análise.

Em nosso entendimento, esta é uma prática muito generalizada nos estudos sobre pobreza em nível mundial, na qual impede a conquista de uma visão mais elaborada deste fenômeno, e ao mesmo tempo, limita a produção de conhecimento de um novo modelo.

De tal maneira que o que se apresenta como uma noção de grande popularidade e transparência termina sendo um campo de exploração onde à indeterminação e a inconsistência metodológica está na ordem do dia. A fortaleza está radicada na apelação do sentido comum que implica a noção de pobreza.

No entanto, aqueles fatos, em outras áreas do conhecimento constituiriam, sem dúvida, uma deficiência maior, neste terreno termina sendo uma “virtude”. A indeterminação dá lugar a uma multiplicidade de usos conceituais e opções metodológicas. Prática esta que permite a analistas provenientes das diferentes correntes de pensamento fazer o uso instrumental da noção de pobreza deixando de lado as controvérsias e as limitações que implica.

Talvez, por eles mesmos, este seja um campo onde com muita presteza se transita desde a indagação do social ao terreno das recomendações de políticas públicas.

Apesar das grandes controvérsias existentes neste campo de estudos, existem alguns consensos básicos. Os autores que convergem neste campo partem da premissa de que não se podem conduzir estudos sobre a pobreza em ausência de um conjunto básico de princípios normativos que orientem a análise. Desta maneira, o caráter normativo da noção de pobreza é amplamente reconhecido.

Independentemente do enfoque que se adote todo analista que empreende um estudo sobre pobreza, se vê confrontado na necessidade de estabelecer os limites que permitem identificar e distinguir o grupo da população que definirá como os pobres, daquele outro que considera, apresenta características/atributos que os posicionam fora da pobreza (os não pobres).

Conseqüentemente, a pobreza acaba erigida como um traço consubstancial do subdesenvolvimento. Um fenômeno que persiste no tempo. É impossível, desde o enfoque centrado na contabilidade dos pobres brindarem explicações substantivas

sobre as diferenças da pobreza, em termos históricos. Daí que, se a pobreza é conceitualizada com uma feição típica do subdesenvolvimento associado com uma integração social deficiente, a chave de sua superação está radicada no fenômeno de um maior crescimento econômico que possibilite a modernização dos setores atrasados, permitindo assim modelos de integração social includentes.

Nesta linha de pensamento, a reflexão crítica sobre os determinantes estruturais da pobreza tendem a anular-se. As causas da pobreza já não se buscam na configuração da estrutura produtiva, no padrão de distribuição do excedente social, ou nas diferenças de poder que marcam acesso diferencial aos recursos fundamentais de uma sociedade.

Modelos de acumulação, estratégia redistributiva e estruturas de poder passam a ser variáveis de contexto. As explicações predominantes buscam-se agora nas variáveis ativas: educação, gênero, etnia, idade, lugar de residência, tipo de inserção de trabalho. É dizer, nos fatores que constituem obstáculos para que segmentos específicos da população possam gozar de uma integração social efetiva, ou seja, para que possam ser beneficiários dos frutos do crescimento econômico.

Pelas lentes do meu entendimento, o exposto tem sua correlação no campo das políticas públicas. Por trás dos estudos de pobreza emerge o suposto de que é possível, mediante um eficaz planejamento de política, fomentar processos de superação da pobreza. A mobilidade social ascendente é o universo subjacente nesta perspectiva. O que se requereria agora seria superar os problemas das políticas sociais impulsionadas na fase do desenvolvimento nacional, em um contexto caracterizado pela menor disponibilidade de recursos públicos como consequência das estratégias do gasto derivadas da aplicação das medidas de ajuste estrutural.

Como consequência do exposto, os esforços redistributivos sustentados em políticas universais cedem lugar à emergência de uma “nova” geração de políticas sociais. A seletividade e a focalização constituem seu traço distintivo particular. Trata-se agora de fazer um “bom” planejamento de política pública que ajude os pobres desenvolver suas potencialidades (capital humano, capital social, capacidades e habilidades, etc.) para fazer viável sua integração social no novo contexto.

O planejamento eficaz seria o resultado de decisões tecnocráticas que identificariam corretamente os fatores a potencializar para superar a integração social deficiente (determinantes da integração); fomentaria a reorganização das instituições sociais para tornar eficiente a prestação dos serviços públicos (racionalização e gestão social); e permitiriam uma boa seleção dos beneficiários.

É claro que se trata de uma agenda de política pública que tem dissociado o tema da desigualdade social, que gera a pobreza. Se bem, de maneira retórica segue-se apelando ao último tema, em termos de política pública, tem-se abandonado à preocupação por se fazer efetiva uma maior redistribuição social. Esta dissociação real reduz a eficácia potencial das políticas propostas, e ao mesmo tempo, limita as possibilidades de compreensão integral do fenômeno em estudo.

E, finalmente, como corolário do exposto, postulamos que a exclusão questiona a premissa da mobilidade ascendente e indica mais, que tem bloqueio na superação da pobreza, especialmente da indigência.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Parte significativa dos avanços alcançados pelo Brasil no campo do enfrentamento da pobreza e desigualdade social encontra-se relacionada à marcha estruturadora das políticas públicas, encadeadas, sobretudo, pela Constituição Federal de 1988.

A partir de então, a estruturação vertical dos grandes eixos de intervenção do Estado no campo da proteção e desenvolvimento social (saúde, educação, assistência e previdência, infraestrutura social e trabalho, entre outros) permitiu ao País avançar institucionalmente no mesmo sentido já experimentado pelas economias desenvolvidas em torno do Estado de Bem-estar Social.

Nos anos 1990, mesmo com a superinflação vigente até 1994, o baixo dinamismo econômico, a contenção fiscal, a regulamentação de várias políticas públicas no campo da assistência e previdência, entre outras, contribuiu para evitar que o contexto social apresentasse maior regressão do que, por exemplo, o crescimento do desemprego e a má distribuição funcional da renda.

Na década atual, a combinação entre a continuidade da estabilidade monetária, a maior expansão econômica e o reforço das políticas públicas, como a elevação real do salário mínimo, a ampliação do crédito popular, reformulação e alargamento dos programas de transferências de renda aos estratos de menor rendimento, entre outras, se mostrou decisiva para a generalizada melhora social no Brasil. Para que essa trajetória de resultados socioeconômicos positivos persista, torna-se cada vez mais necessário considerar os limites da atual conformação do conjunto das políticas públicas frente ao patamar da desigualdade e pobreza existente.

A “QUESTÃO SOCIAL” NO FIM DO MILÊNIO: UMA INTRODUÇÃO

Conforme *Pastorini* (2004), a questão social surge como tal no final do século XIX, com o surgimento do pauperismo, na Europa Ocidental, designando o fenômeno de pobreza crescente entre os membros da classe operária.

O processo de urbanização, somado ao da industrialização, deu origem ao empobrecimento do proletariado, mas ao mesmo tempo, consciencializou essa classe da sua condição de exploração e levou à contestação da mesma. Por isso, a “Questão Social” atingiu contornos problemáticos, em especial para a sociedade burguesa, que para enfrentá-la recorreu à implementação de políticas sociais.

Estas crises se manifestam pelo agravamento do problema do emprego (aumento do desemprego e da precariedade, este último regido pelas novas exigências tecnológico-econômicas do capitalismo). A partir de então, essas questões trazem consigo a necessidade de redefinir os modos de regulação econômicos e sociais.

Nesse sentido, o ideário liberal havia propugnado aos indivíduos que todos tinham o mesmo ponto de partida, mas, a chegada dependia da capacidade individual de cada um, em resolver sua própria sobrevivência; propugnando assim, a abstenção do Estado na proteção social, e reservando a atenção da pobreza às instituições de beneficência ou caridade.

Dessa forma, a equidade das oportunidades não consiste só em compensar no ponto de partida as desigualdades da natureza ou as disparidades de fortuna: aponta para dar, permanentemente, os meios para melhorar a existência; seu objetivo consiste em dar aos indivíduos os meios para fazer frente a todos os azares que não são da ordem classicamente asseguradora (acontecimentos familiares, problemas pessoais, rupturas profissionais reiteradas, etc. (*Rosanvallon*, 1995). Nesse sentido, dirá que as políticas universais estão ultrapassadas, portanto o Estado deve assumir a forma de Estado-providência ativo, produtor de “civismo”, vinculado ao desenvolvimento da cidadania.

Perante uma crise global no último terço do século XX, as ideias Liberais ganham força. No mundo do trabalho ocorrem mudanças. O capitalismo conseguiu afirmar-se como a única alternativa face à crise (Heidrich, 2006).

Mas, a constituição dos Estados nacionais, a divisão da sociedade em classes, a divisão social do trabalho e a criação de uma institucionalidade governamental burocrática, é, o embrião do Estado benfeitor que assume a responsabilidade de provedor de bens e serviços básicos ao conjunto da população, estes serão, os principais traços da relação Estado-Sociedade.

QUESTAO SOCIAL – CONCEITO E CONSEQUÊNCIAS

A concepção de questão social está enraizada na contradição capital x trabalho, em outros termos, é uma categoria que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção. Segundo TELLES, (1996, p. 85) conceitua a questão social assim:

“... a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação”.

Destacamos ainda, a definição construída por *Iamamoto* de questão social. Conforme esta autora a questão social pode ser definida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto as apropriações dos seus frutos mantêm-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (*Iamamoto*, 1999, p. 27).

Enfrentar este conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura sob pressão da classe explorada, tem sido uma tarefa atribuída ao Estado. No decorrer da história do capitalismo, como modo de produção, o estado e seu “papel”, em relação ao enfrentamento da questão social, vem sofrendo transformações.

Portanto, a questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição, esta, fundada na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente: os trabalhadores produzem a riqueza, os capitalistas se apropriam dela. É assim que o trabalhador não usufrui das riquezas por ele produzidas.

A “questão social” representa uma perspectiva de análise da sociedade. Isto porque não há consenso de pensamento no fundamento básico que constitui a “questão social”. Em outros termos, nem todos os autores analisam que existe uma contradição entre capital e trabalho.

Ao utilizarmos, na análise da sociedade, a categoria “questão social”, estamos realizando uma análise na perspectiva da situação em que se encontra a maioria da população – aquela que só tem na venda de sua força de trabalho os meios para garantir sua sobrevivência. É ressaltar as diferenças entre trabalhadores e capitalistas, no acesso a direitos, nas condições de vida; é analisar as desigualdades e buscar forma de superá-las. É entender as causas das desigualdades sociais, e o que essas desigualdades produzem, na sociedade e na subjetividade dos homens.

Com isso, as consequências da apropriação desigual do produto social são as mais diversas: analfabetismo, violência, desemprego, favelização, fome, analfabetismo político, etc.; criando “profissões” que são frutos da miséria produzida pelo capital: catadores de papel; limpadores de vidro em semáforos; “avião” – vendedores de drogas; minhoqueiros – vendedores de minhocas para pescadores; jovens faroleiros – entregam propagandas nos semáforos; crianças provedoras da casa – cuidando de carros ou pedindo esmolas, as crianças mantêm uma irrisória

renda familiar; pessoas que “alugam” bebês para pedir esmolas; sacoleiros – vivem da venda de mercadorias contrabandeadas; vendedores ambulantes de frutas; etc. Além de criar uma imensa massa populacional que frequenta igrejas, as mais diversas, na tentativa de sair da miserabilidade em que se encontram.

Como toda categoria arrancada do real, nós não vemos a “questão social”, vemos suas expressões: o desemprego, o analfabetismo, a fome, a favela, a falta de leitos em hospitais, a violência, a inadimplência, a corrupção entre outros.

Sendo assim, a “questão social” somente se nos apresenta nas suas objetivações, em concretos que sintetizam as determinações prioritárias do capital sobre o trabalho, onde o objetivo é acumular capital e não garantir condições de vida digna para toda a população.

Neste terreno contraditório entre a lógica do capital e a lógica do trabalho, a questão social representa não só as desigualdades, mas, também, o processo de resistência e luta dos trabalhadores. Por isto ela é uma categoria que reflete a luta dos trabalhadores, da população excluída e subalternizada, na luta pelos seus direitos econômicos, sociais, políticos, culturais. E é aí, também, que residem as transformações históricas da concepção de questão social.

O avanço das organizações dos trabalhadores e das populações subalternizadas coloca em novos patamares a concepção de questão social. Se, no período ditatorial brasileiro pós o ano de 1964 a luta prioritária era romper com a dominação política, hoje a luta é pela consolidação da democracia e pelos direitos sociais consubstanciados pela Constituição Federal de 1988, designado de Constituição cidadã.

As transformações no mundo do trabalho sejam com a substituição do homem pela máquina, ou pela erosão dos direitos trabalhistas e previdenciários, exigem, também, uma nova contextualização da concepção de “questão social”.

Ressaltamos que a “questão social” é uma categoria explicativa da totalidade social, da forma como os homens vivenciam a contradição capital – trabalho. Ela desvenda as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, bem como coloca a luta pelos direitos da maioria da população, ou, como os homens resistem à subalternização, à exclusão, e à dominação política e econômica.

Por conseguinte, a exclusão social interpela criticamente os meros fundamentos das políticas públicas que tendem a aliviar as carências básicas. Neste sentido temos que recordar da feliz frase de Castel (1994:442) que ressalta, de maneira clarividente, a importância da questão social: "...foi a "invenção do social" que domesticou o mercado e humanizou o capitalismo".

A INDUSTRIALIZAÇÃO E A PRECARIÉDADE NO TRABALHO

A partir dos anos 50, com a industrialização e depois com a ditadura militar, uma sociedade tipicamente urbana surgiu no Brasil. Foi quando se deu a criação do primeiro sistema previdenciário e de bem-estar que aos poucos tendeu a se generalizar, porém de forma lenta, e que ainda mantinha grande parte da sociedade brasileira excluída.

Essa transformação foi possível graças à intervenção do estado, ao planejamento econômico e à estabilidade da técnica do ocidente entre o fim da guerra e os anos 70, assim como ao aumento da difusão de empresas internacionais no espaço geográfico, necessitando de operariado de ponta, resultando na migração de trabalhadores do meio rural para o meio urbano e consequente inchaço do meio urbano, trabalhadores sem terra e devastação ambiental.

As condições de trabalho no campo sempre foram bastante diferentes em relação à cidade, em geral marcadas pelo autoritarismo do governo e pelas longas jornadas de trabalho. O lazer praticamente focado na televisão, em especial na Rede Globo que através do futebol e da música escondia na década de 90, o lento crescimento da economia e a ampliação da população marginalizada nos centros urbanos, com suas consequências sociais para a sociedade.

A abertura comercial iniciada no governo Collor traduziu-se numa perda da densidade produtiva nos setores responsáveis pela produção do capital que contrasta com o processo de diversificação e redução da dependência de importações desses próprios setores. Tendo em vista que a economia brasileira passou a depender mais das importações e da sua inserção no mercado.

Segundo Ricardo Markwald, Diretor geral da Funcex, com a liberalização

comercial, as expectativas em relação ao emprego eram outras: “As expectativas em relação ao impacto da liberalização comercial sobre o emprego eram positivas. Com efeito, a remoção das distorções promovidas pelo modelo de industrialização substitutiva de importações deveria resultar em aumento da demanda de emprego, beneficiando principalmente a mão de obra menos qualificada”. A sequência esperada de eventos era a seguinte:

- (i) A alocação mais eficiente dos recursos produtivos aceleraria o crescimento da produção e promoveria a expansão do emprego;
- (ii) A eliminação do viés em favor do capital contribuiria para que os investimentos e a tecnologia privilegiassem os setores de mão de obra intensivos;
- (iii) As exportações refletiriam mais adequadamente as vantagens comparativas do país, promovendo a geração de emprego nesses mesmos setores.

A rigor, nada disso aconteceu. No Brasil, a taxa de crescimento do emprego mostrou uma evolução mais do que modesta e a demanda de mão de obra do setor industrial sofreu, inclusive, uma drástica contração com a redução dos custos, a adoção de novos métodos de produção e a introdução de tecnologias poupadoras de mão de obra. A terceirização, o *outsourcing* e o *downsizing* contribuíram para elevar a competitividade da indústria local e promover um persistente incremento da produtividade no trabalho, mas ambos os fenômenos ocorrem ao custo da redução da oferta de emprego.

Embora tenha havido aumento das exportações, estas foram lentas e inferiores ao ritmo das importações a partir do governo Collor e da abertura comercial. Conforme estudo realizado no Brasil, vem mostrando um aumento substancial no número de desempregados e uma queda brutal e generalizada no nível das remunerações do trabalho desde 1990. Guardando-se a seguinte relação: emprego qualificado e desemprego: os maiores índices incidem sobre as atividades com reduzida produtividade, por baixos salários e poucos benefícios, ou seja, empregos precários.

O que devemos ressaltar, na manifestação do novo padrão industrial no qual o Brasil está inserido, e que, não foram consideradas as reais condições brasileiras, desvinculando o desenvolvimento econômico da geração de emprego. O ingresso

do Brasil nesse novo padrão, fez com que seu mercado fosse abalado, no sentido não só da abertura comercial e da influência direta sobre os produtos e serviços, mas da emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo que aumentou o nível de pobreza, da exclusão e da heterogeneidade da estrutura do mercado de trabalho.

Há de se convir que, a realidade brasileira difere da dos países desenvolvidos. Essa busca pela inserção no mercado internacional tem ignorado as discrepâncias, valorizado a reestruturação produtiva e a valorização do câmbio, enquanto ocorre queda na demanda interna em alguns setores, abalando nosso mercado interno, aumentando a precariedade.

ABERTURA COMERCIAL - DESIGUALDADES SOCIAIS

Com a abertura comercial ocorrida no Brasil, optou-se não só pela geração de capital baseado na produção, mas também, no capital especulativo, que deixa de gerar emprego aqui para gerar fora do país.

A própria literatura de comércio reconhece que, no curto prazo, a liberalização comercial pode provocar danos e esses danos podem ser críticos para aqueles que continuarão na pobreza mesmo no longo prazo. A evidência mostra que a abertura econômica por si mesma não tem sido capaz de lidar com as questões de desigualdade e pobreza.

Não há uma associação exclusiva entre abertura comercial, desigualdade social e pobreza e sim, relações intermediadas pelos mercados, instituições e políticas nacionais decorrentes da natureza de cada país e situação econômica, social e tecnológica do mesmo. Apesar disso, existe uma percepção dominante de que o comércio pode ser positivo, mas não suficiente para resolver problemas distributivos e pode em determinadas situações ter até efeitos negativos.

Nessa configuração, a abertura econômica é insuficiente para a melhoria dos indicadores sociais. A existência de grandes contingentes abaixo da linha de pobreza no Brasil, não será resolvida apenas com o crescimento econômico do país,

e sim, com a implementação de políticas públicas abrangentes e universais, capazes de limitar seus impactos negativos.

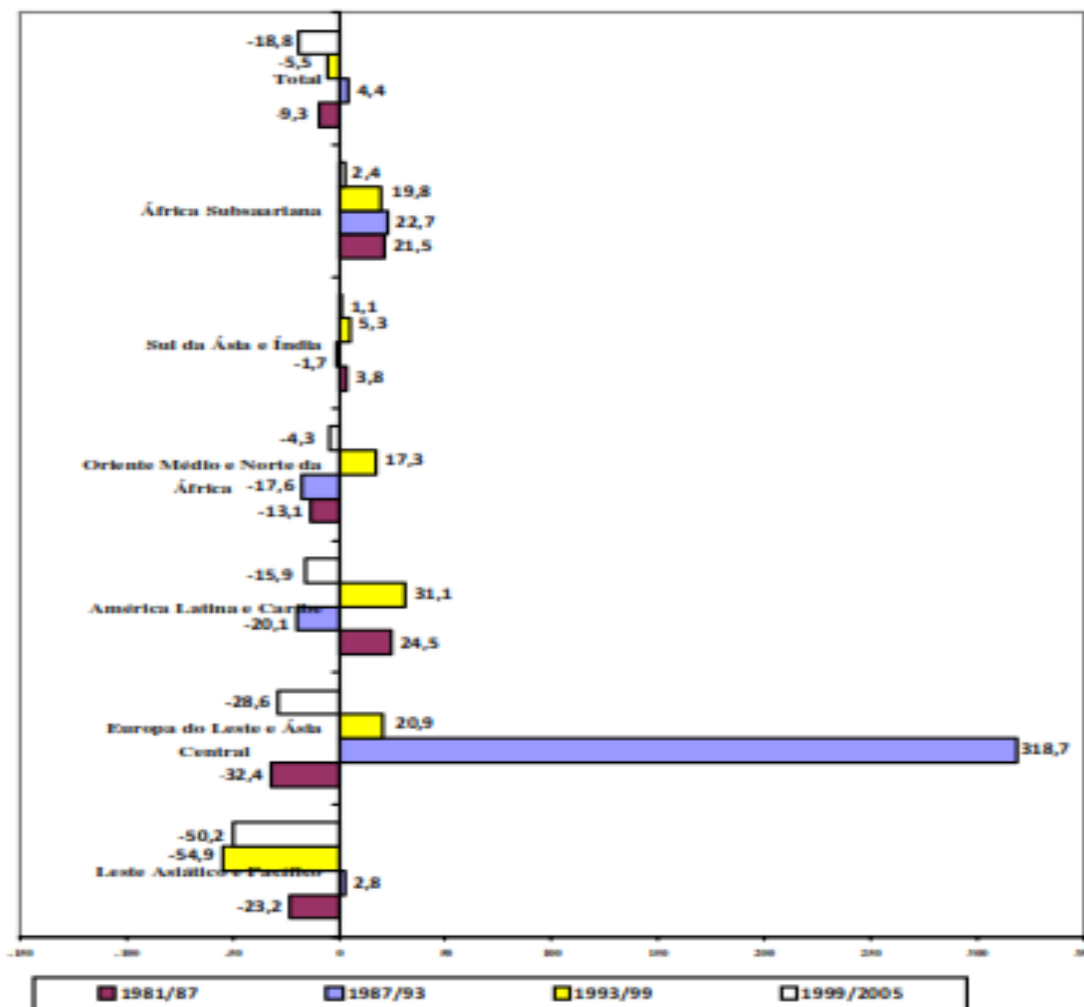
CRESCIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nos últimos anos a discussão sobre a pobreza tem se tornado mais presente, especialmente quando se aponta o crescimento econômico como fundamental para sua redução. Embora essa realidade não esteja presente nos relatórios das agências multilaterais. Para haver redução do grau de pobreza de uma sociedade faz-se necessário o crescimento econômico ou o declínio da desigualdade, este último por sua vez requer distribuição de renda. Assim os objetivos das políticas públicas centram-se na busca do crescimento econômico e da igualdade.

Segundo o Branco Mundial, o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza é bem maior que se imaginava no mundo em desenvolvimento, como no caso do Brasil, usando o novo método de avaliação para definir a linha da pobreza – renda individual inferior a US\$ 1,25 ao dia. Chegando a conclusão que $\frac{1}{4}$ da população mundial vive nessa condição, revisando os conceitos anteriormente usados onde consideravam miseráveis pessoas que viviam com menos de US\$ 1 ao dia, o número de homens e mulheres em estado de extrema pobreza no mundo aumentou em 400 milhões (Banco Mundial, 2005).

Gráfico 01

Variação do número de pobres no mundo por período de tempo em%)*



Fonte: Banco Mundial (elaboração Ipea) *considerado pobre o indivíduo com renda de até U\$S 1,25 por dia.

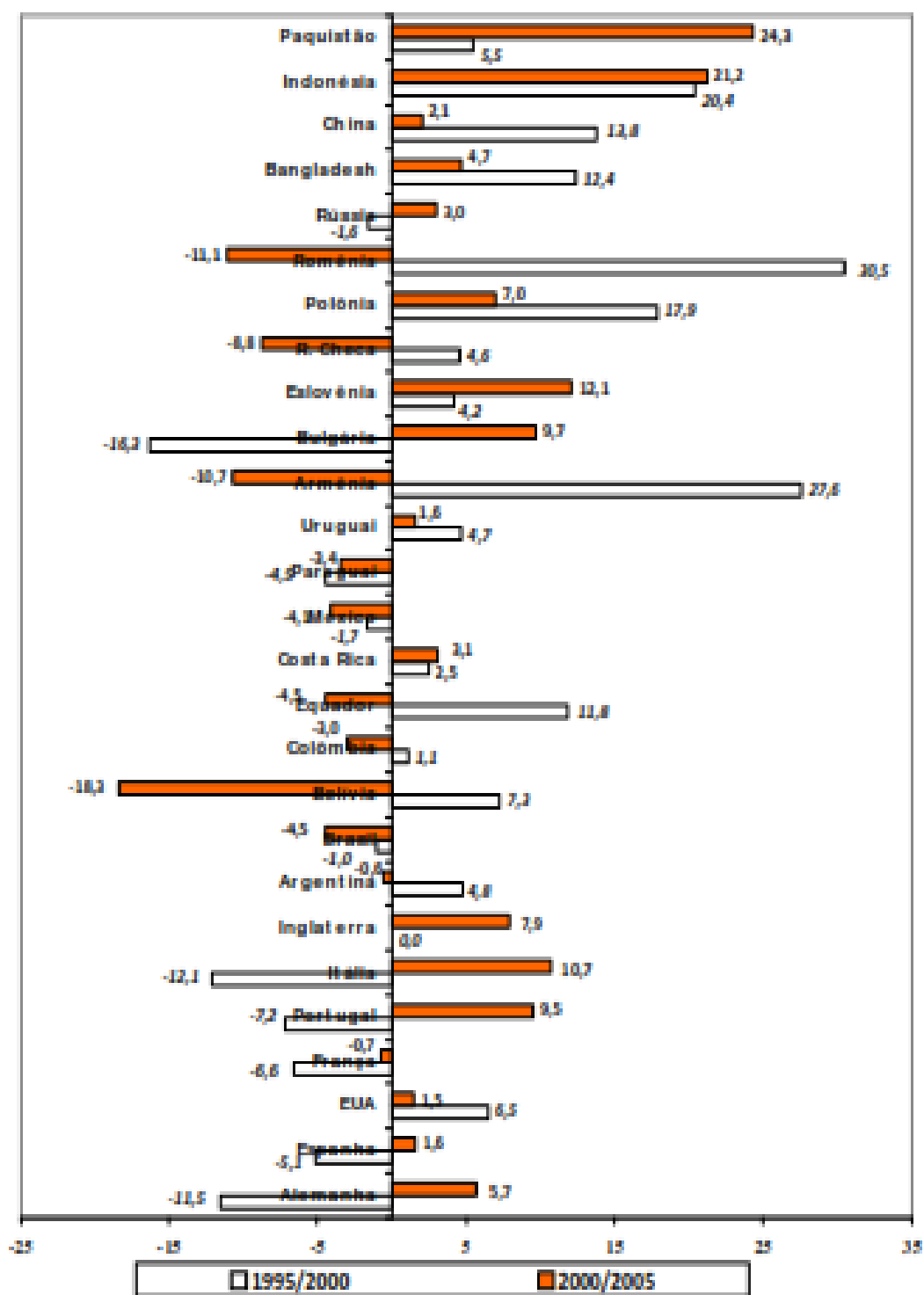
DESIGUALDADES DE RENDA EM PAÍSES SELECIONADOS

Da mesma configuração, com que a pobreza extrema apresenta comportamento desigual em diferentes regiões do mundo, nota-se que a evolução da desigualdade de renda também registra trajetória distinta entre os países. De acordo com os dados coletados com as Nações Unidas (World Income Inequality Database – WIID), a medida de desigualdade identificada pelo índice de Gini

apresenta distintas situações para os períodos de 1995/2000 e 2000/2005 entre os países considerados.

Gráfico 02

Varição da desigualdade de renda (índice de Gini) em países selecionados (em %)



Fonte: WIID/UUN (elaboração Ipea).

Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o percentual total de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha da pobreza (ou indigência, ou miséria), aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base nas recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país, embora estejamos mostrando um panorama dos níveis percentuais dessas pessoas durante um período de tempo no Brasil, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra (Pnad/IBGE) conforme demonstrado na tabela 1.

Tabela 1

Percentual de pessoas na população brasileira com renda familiar per capita abaixo da linha da pobreza no período de 2001 a 2009 –Ipea.

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
15,28	13,99	15,2	13,2	11,49	9,44	8,65	7,57	7,28

Fonte: IPEA, 2011. Elaboração: própria

Ainda segundo pesquisa realizada pelo Banco Mundial em 2005, indicou uma correlação entre a queda da pobreza e o crescimento econômico, especialmente nos países da Ásia e Pacífico, aonde o crescimento atingiu taxas superiores a 7,5%, nos anos entre 1990 e 2003. O que não pode ser aludido com relação aos países da América Latina e Caribe e na Europa central e Ásia central, onde o crescimento absoluto da pobreza esteve relacionado com o medíocre crescimento econômico.

Conforme alguns economistas, a desigualdade social no Brasil, seria até tolerável se houvesse perspectiva de mobilidade social, que por sua vez, depende de altas taxas de crescimento econômico (acima de 5%) durante algum tempo. Isso aliado à implementação de políticas públicas de redistribuição de renda, como meio mais efetivo de redução do número de pobres.

Pode-se concluir que para redução do número de pessoas pobres e os que se encontram abaixo da linha da pobreza, não basta o crescimento econômico por si

só, mas, que aquelas também, possam se apropriar dos frutos do capitalismo, através de uma melhor distribuição de renda.

RELAÇÃO ENTRE POBREZA, DESIGUALDADE SOCIAL E GASTO PÚBLICO

Como em outros países, no Brasil também houve durante o processo de modernização e de desenvolvimento econômico ao longo do século XX uma significativa melhoria dos indicadores de bem estar social. A partir de então houve a emergência de novas formas de regulação estatal que produziram novos pontos de vista da relação Estado/Sociedade através de dispositivos públicos de proteção social.

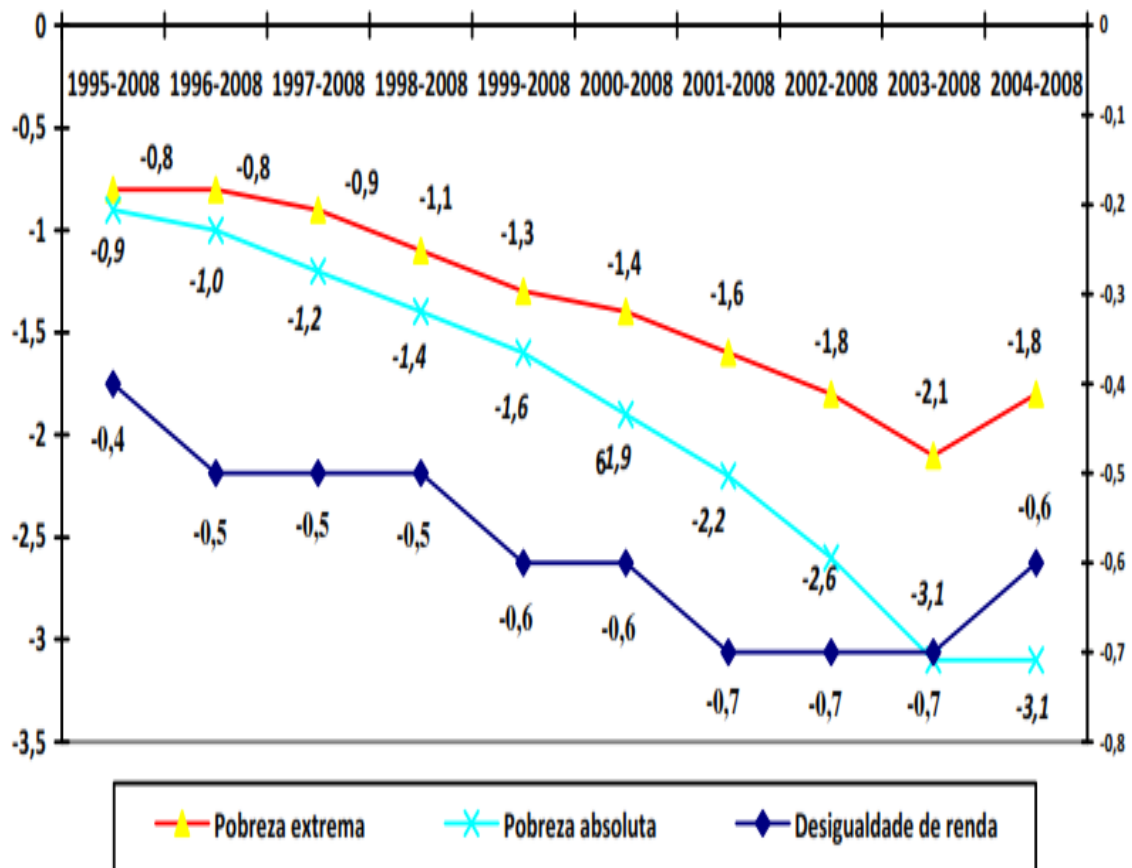
Apesar da modernização e desenvolvimento, o Brasil ainda não foi capaz de realizar justiça social, afirmando a condição de cidadão na esfera social de cada indivíduo. A questão da pobreza e desigualdade são dois problemas críticos que precisam de soluções imediatas e não são exclusividades brasileiras, mas estão presentes em vários países da América Latina.

No Brasil em particular, os indicadores de pobreza e desigualdade continuam desastrosos. Visto que o nível de renda per capita só é superado pelo vigente em menos de 20% em relação a todos os países do mundo, no entanto o nível de pobreza e desigualdade supera países cuja renda é inferior a do Brasil. Uma questão que se mostra clara é que a pobreza e a desigualdade no Brasil, não resultam da escassez agregada de recursos, mas são reflexos da concentração cruel de renda na mão de poucos, ou seja, do perverso padrão de distribuição dos recursos disponíveis no país.

Disto resulta que o índice de Gini – que mede a desigualdade de renda da população ocupada – tenha apresentado, para o Brasil, nos últimos 20 anos, valores sempre acima ou próximos de 0,55. Segundo os dados elaborados pelo IPEA, este índice, em 1995, era igual a 0,585, tendo caído para 0,544 em 2005. Apesar dessa queda, a desigualdade de renda continua ainda bastante alta, sobretudo se considerarmos que este índice não inclui os desempregados e os trabalhadores não remunerados.

Gráfico 03

Brasil: evolução da queda no índice de Gini de desigualdade de renda e na taxa nacional de [pobreza absoluta e extrema (em %)].



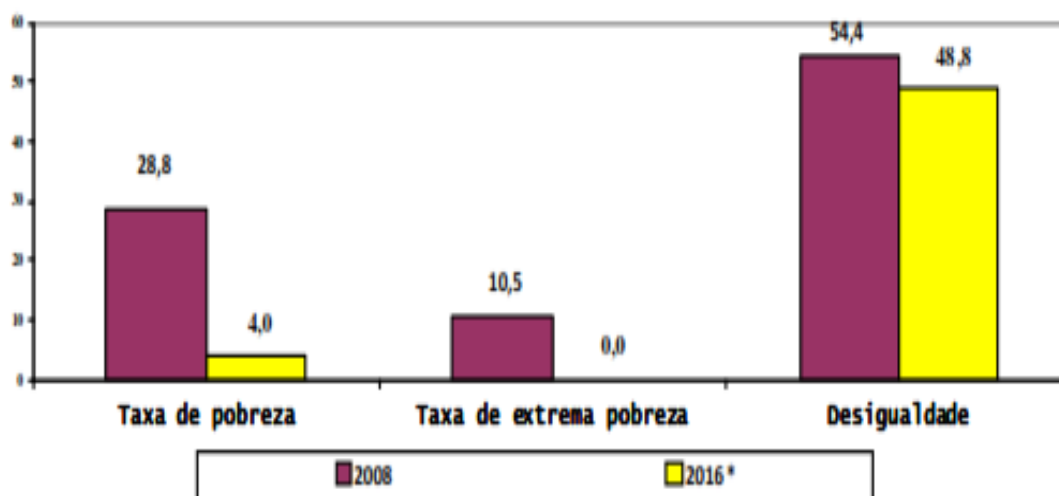
Fonte: IBGE-PNAD (elaboração Ipea).

Em todos os períodos de tempo considerados, a taxa de pobreza cai mais rapidamente que a diminuição na medida de desigualdade de renda. O que significa dizer que, o combate à pobreza parece ser menos complexo que o enfrentamento da desigualdade de renda.

Sendo assim, e mantendo-se o mesmo ritmo de diminuição da pobreza e da desigualdade de renda observado nos últimos cinco anos, o Brasil poderia alcançar o ano de 2016 com indicadores sociais próximos aos dos países desenvolvidos. Enquanto a pobreza extrema poderia ser praticamente superada, a desigualdade da renda do trabalho tenderia a estar abaixo de 0,5 do índice de Gini.

Gráfico 04

Brasil – perspectiva possível para a pobreza e a desigualdade em 2016



Fonte: IBGE/PNAD; (elaboração Ipea).

Em relação à desigualdade de renda, cabe destacar ainda que a grande concentração de renda se dá no grupo de 1% dos mais ricos da população, os quais se apropriam de 13% (treze por cento) da renda nacional, percentual semelhante ao que é apropriado pelos 50% mais pobres (ROCHA, 2008).

Portanto, a desigualdade social está profundamente associada aos diferenciais de renda da população, oriundo, por sua vez, da sua heterogênea inserção no mercado de trabalho. As raízes desta desigualdade são históricas.

Outro aspecto relevante da pesquisa do IPEA (2005), é que, os índices de desigualdade têm mostrado certa constância nas últimas décadas, contrastando com os indicadores de pobreza, que apresentam redução ao longo do tempo no mesmo período. O que chama atenção é que, num país, onde a renda média dos cidadãos, é cerca de três a seis vezes maiores do que a linha de extrema pobreza, e demonstra que a intervenção social governamental não tem sido suficiente para melhorar a distribuição de renda e redução do número de pobres.

POBREZA E DESIGUALDADES NO BRASIL

No conjunto dos países do mundo, o Brasil não se destaca apenas porque registrou o mais rápido decréscimo na taxa de pobreza extrema e na desigualdade de renda até o ano de 2005, conforme a pesquisa aludida. Apesar disso, encontra-

se numa posição privilegiada, por conseguir diminuir simultaneamente aqueles fatores. Dentre os avanços e dos resultados positivos atualmente alcançados pelo Brasil no campo do enfrentamento da pobreza e desigualdade, está à estruturação do conjunto das políticas públicas originada pela Constituição Federal de 1988. Ou seja, a consolidação de grandes e complexas estruturas verticais de intervenção do Estado de Bem-Estar Social.

Áreas	Principais Programas/Ações	Beneficiário/Resultado em 2008
1. Previdência Social Regime Geral Prev.Social	Aposentadorias e Pensões – área rural Aposentadorias e Pensões – área urbana Auxílio doença, Auxílio-Maternidade e Outros auxílios – Área Urbana e Rural	7,8 milhões de beneficiários na área rural 15,2 milhões de beneficiários na área urbana 1,7 milhão de beneficiários
Previdência do Servidor Público (Regimes Próprios Prev. Social)	Pagamentos de Aposentadoria e Pensões Executivo, Legislativo e Judiciário	União: 530 mil servidores inativos e 448 mil pensionistas; Estados: 1,1 milhão de servidores inativos e 384 mil pensionistas; Municípios: 401 mil inativos e 151 mil pensionistas.
2. Empregos e Defesa do Trabalhador	Seguro desemprego Abono Pis-Pasep	6,9 milhões de trabalhadores 8,4 milhões de trabalhadores com renda até 2 SM (em 2007).
3. Desen. Agrário	Pronaf	2,2 milhões de contratos
4. Assistência Social	BPC– LOAS – Pessoa Idosa BPC – LOAS – Pessoas com Deficiência Programa Nac de Inclusão de Jovens – Pró-Jovem Programa Bolsa Família	1,6 milhão 1,8 milhão 400 mil jovens 11,6 milhão de famílias
5. Saúde	Atenção básica em saúde Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos Assistência farmacêutica e Insumos Estratégicos	23 mil equipes de Saúde da Família: 50% da população coberta pelo PSF; 2,3 bilhões de procedimentos ambulatoriais, 11 mil transplantes, 215 mil cirurgias cardíacas, 9 milhões de procedimentos de quimioterapia e radioterapia e 11,3 milhões de internações; Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) já conta com cerca de 2,5 mil veículos, cobrindo 1,163 municípios e 100 milhões de pessoas; cobertura vacinal para doenças infantis acima de 90% em 25 das 27 UFs, aproximando- se de 100% em 14 UFs.
6. Educação	Brasil Alfabetização e Educação de Jovem e Adulto Brasil Escolarizado; Qualidade na Escola; Distribuição de Livros Didáticos; Complementação da União para o Fundef Programa Nacional de Alimentação Escolar Brasil Universitário	4,1 milhões de estudantes atendidos pela rede pública 40 milhões de estudantes atendidos pela rede pública; 4,9 milhões na educação infantil, 28,1 milhões no ensino fundamental, 7,3 milhões no ensino médio; 40 milhões de estudantes atendidos 615 mil estudantes matriculados na rede pública federal (2007).

QUADRO 01

Síntese da Estrutura de Intervenção Social do Estado Brasileiro

Fonte: INEP/MEC;MDS;MPS; Boletim do Servidor/Siape; MTE; MFA, AEPS/MPS e IBGE.

Elaboração: própria.

Um fator que não pode ser esquecido é quanto ao padrão tributário, responsável pela constituição do atual fundo público brasileiro. A arrecadação tributária assenta-se fundamentalmente sobre a base da pirâmide social do País, o que significa dizer que os segmentos de menor rendimento terminam contribuindo relativamente mais para a formação do fundo que sustenta o conjunto das políticas públicas brasileiras.

Outro problema a ser considerado encontra-se vinculado a política de uso de fundo público no Brasil (gasto público), onde várias falhas podem ser citadas: desde a insuficiência de recursos, a falta de infraestrutura, a ineficácia na utilização desses recursos em cada um dos segmentos e do conjunto das políticas, entre outros, com destaque específico, na gestão profissional no uso apropriado dos recursos públicos pelas três esferas da administração pública.

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

O Estado de Bem-estar Social pode ser definido como aquele que assume a proteção social de todos os cidadãos, patrocinando ou regulando fortemente sistemas nacionais de Saúde, Educação, Habitação, Previdência e Assistência Social; normatizando relações de trabalho e salários; e garantindo renda, em caso de desemprego (SANTOS, 2009, p.36).

A partir do conceito de (SANTOS, 2009), em nosso entendimento o Estado de Bem-estar Social é um conjunto de instituições públicas provedoras de políticas sociais dirigidas à melhoria das condições de vida e a promover a igualdade de oportunidades dos cidadãos. Conceitos amplos como o do Estado de Bem-estar Social costumam isolar-se em construções teóricas situadas além das coordenadas de espaço e tempo.

No entanto, a dimensão histórica e os referenciais territoriais são atributos essenciais para a compreensão da gestão, desenvolvimento e transformação dos modernos estados de bem-estar social. Sistemas culturais, legados institucionais, espaço político e marco regulatório são áreas cruciais a analisar.

O Estado de Bem-estar Social foi implantado de acordo a suas necessidades de procura social. Historicamente os poderes públicos estatais foram assumindo funções tradicionalmente desempenhadas pelas instituições de caridade ou as igrejas. Para alguns historiadores a partir do ano de 1834 marcou o início da construção dos sistemas contemporâneos de bem-estar social. Entre outras finalidades se pretendia estabelecer um marco jurídico estável e funcional que beneficiaria os trabalhadores mais necessitados.

A origem histórica da seguridade social indica, portanto, uma conjunção entre interesses diversos tais como os relativos à estabilidade política de governantes, lideranças sociais e econômicos, e a satisfação das demandas populares de justiça e proteção social.

Nesse contexto o Estado assumia uma série de obrigações e construía novos poderes institucionais. Ele passou a investir em educação, saúde, assistência social, previdência, de forma a garantir um tipo de tranquilidade para o mercado atuar.

Com isso, ampliou-se o mercado consumidor com a inclusão da classe média e de parte dos trabalhadores. Aumentava a lucratividade das empresas desoneradas de parte dos custos da reprodução da força de trabalho. Se, por um lado, elas colaboravam com impostos para que o Estado pudesse investir em políticas sociais e garantir o bom funcionamento do mercado e da sociedade, por outro, a subsistência de seus trabalhadores – agora também consumidores – deixava de ser exclusivamente de seus salários. O Estado passava, agora, a enfrentar diretamente à questão social, através de políticas sociais públicas.

Atribuir ao Estado o dever de garantir aos seus cidadãos o acesso às necessidades mínimas para a subsistência representa uma mudança fundamental na concepção do papel do Estado.

Diante das mudanças ocorridas no sistema capitalista no final do séc. XX, a questão social vem sofrendo em suas formas de expressão na sociedade atual. Também as formas de enfrentar a questão social sofreram alterações. No entanto, a gênese da questão social, a nosso ver, continua a mesma: a contradição inerente ao sistema capitalista de produção. Nesse sentido, Pastorini (2004) afirma que,

As principais manifestações da “questão social”- a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da “questão social” (Pastorini, 2004, p.97).

Cabe enfatizar que “distintas expressões da questão social” não se configuram como “outra” ou como “nova” questão social, A nosso ver não existe uma nova questão social, nem mesmo uma nova desigualdade social, gerada pela exclusão. O que existe são “novas formas para velhos conteúdos” (Mota, 2000, p.02), ou seja, a questão social, hoje, diante das transformações pelas quais o capitalismo e a sociedade vêm passando, se apresenta multifacetada, reconfigurada, mas trazendo, em seu bojo, a mesma problemática da exploração de uma classe social sobre a outra.

É oportuno ainda salientar que o objetivo principal perseguido pelo estado de bem-estar social são os de cobrir estados de necessidade ou carências dos pobres e excluídos. Mas os usos políticos destas políticas sociais tratam em ocasiões de restringir conflitos latentes que são consequências das desigualdades entre classes e grupos, e que de outro modo provocariam fraturas sociais profundas. Os benefícios sociais constituem, neste sentido, um importante recurso político para manter um clima de “paz social”.

Sem equívocos, é longo o caminho que vai da afirmação da necessidade de um Estado absoluto para garantir a segurança à construção da democracia social e do estado de bem-estar social, como instrumento de garantia da proteção social. A essência do que se erigiu como estado do bem-estar social é a sujeição das relações sociais particulares ao primado do princípio de justiça social e do interesse público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este estudo com as reflexões e o aporte dos lineamentos que abalizamos dos pontos pertinentes da questão social na contemporaneidade. Em concreto, devemos nos perguntar se temos sido capazes de gerar uma proposta analítica a respeito do tema proposto, a efeitos de construir um conceito crítico e com estatuto epistemológico próprio que transcenda os enfoques sobre a questão social na contemporaneidade. Proposta que não seria suscetível de ser apropriada pelo discurso predominante sobre o social para convertê-lo em uma noção que mistifique, uma vez mais, a realidade.

E, no mesmo sentido, devemos explicitar os questionamentos que suscita a concepção de exclusão social ao sentido comum, gerado pelo discurso predominante, que guia as intervenções públicas para superar as carências sociais.

No sentido de um enfrentamento da pobreza e desigualdade social de forma contínua e eficaz no Brasil, não há como dissociar o crescimento econômico com controle da baixa inflação, da distribuição de renda e políticas públicas que invertam a maior incidência da arrecadação tributária sobre as pessoas mais pobres. Dever-se-ia pensar na consolidação de leis sociais no Brasil que permitam um patamar mais qualificado e exigente para os gestores que estão à frente do Estado.

As políticas públicas devem ser operacionalizadas com mais racionalização dos recursos e monitoramento em todas suas etapas, desde o investimento de recursos previstos, prazos, metas, objetivos de curto, médio e de longo prazo, medição das falhas e maior controle social nas questões pertinentes ao tema.

Enfim, não basta ampliar o olhar, para propor um novo enfoque sobre a “questão social”, é imprescindível mudar o enfoque, se é que, queremos entender a reconstituição da estrutura social desencadeada pela mudança de modelo de acumulação e os processos de globalização em curso. Não é possível ver soluções novas aos problemas de desigualdades sociais em nosso país, se seguimos olhando com a mesma visão que provocou estes problemas.

Neste sentido, o grande desafio de “reinventar” a “questão social” passa, fundamentalmente, por erradicar a exclusão social. Mas... é possível obter no capitalismo globalizado?

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Um quarto do planeta vive abaixo da linha da pobreza – Economia – Gazeta do Povo. 26. Jun. 2006. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=801987>>. Acesso em: 03 out. 2012.

BOLTVINIK, J. Pobreza y necesidades básicas: conceptos y métodos de medición, (Caracas, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo), 1990.

CARDOSO, F.H. (1971): Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade, estudos **CEBRAP**, No. 1.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IPEA. Crescimento econômico acelerado não garante redução da pobreza na mesma proporção. Últimas Notícias. 13 Jul. 2010. Disponível em: <<http://www.iparaiba.com.br/noticias,181462,3,crescimento+economico+acelerado+nao+garante+reducao+da+pobreza+na+mesma+proporcao+diz+ipea.html#>>. Acesso em: 03 out. 2012.

IPEA. Pobreza, desigualdades e políticas públicas. 12 Jan. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/100112Comunicado38.pdf>. Acesso em: 03 out. 2012.

LATOUCHE, Serge. A ocidentalização do mundo. 2ª. ed. Petrópolis:Vozes, 1996. (Coleção Horizontes da Globalização).

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. São Paulo: Editora 34, 1994.

LEÃO, Igor Zanoni Carneiro; **MAIA,** Denize M.; **TONINI,** Adriana Maria; Pobreza, desigualdades e mobilidade social no Brasil e América Latina. Disponível em:<<http://www.uel.br/grupopesquisa/gepal/segundosimposio/deniseariamamaigorzanonicarneiroleoadrianamaria.pdf>> . Acesso em: 28. ago. 2012.

MARKWALD, Ricardo A. O Impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: balanço de uma década. Revista Brasileira de Comércio Exterior – RBCE. 1-20p. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br/material/rbce/68-Integra%C3%A7ao-RM.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2012.

MOTA, Ana Elizabete. O Serviço Social na contemporaneidade: a “questão social” e as perspectivas ético-políticas. Disponível em: Disponível em: <www.cfess.org.br/Frentes_XXIX_EncNac_CFESSCRESS_Anexo2.htm>. Acesso em: 02 Out. 2012.

PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social em debate”. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2004.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRIGOGINE, Ilya. O fim das certezas. Tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. La nueva cuestión social – repensando el Estado providencia. Buenos Aires: Manantial, 1995.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. O Estado e os problemas contemporâneos/Maria Paula Gomes dos Santos – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; (Brasília): CAPES:UAB, 2009. 144 p.

SEN, Amartya. (1983): “Poor Relatively Speaking”, **Oxford Economic Papers**, No.35.

TELLES, Vera da Silva. Questão Social: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95.

ZAOUAL, Hassan. Globalização e diversidade cultural. 2ª. ed – Cortez, 2008. – (Coleção questões da nossa época; v.106).